

**“QUE FALTA NESTA CIDADE?”: ANÁLISE
DE UM EPÍLOGO ATRIBUÍDO A GREGÓRIO DE MATOS**

Juan Rodrigues da Cruz (SME-RJ)
juan.cruz@rioeduca.net

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar um epílogo comentado atribuído a Gregório de Matos, autor barroco conhecido por suas diversas facetas temáticas, ainda que esteja envolto de certa aura de mistério envolvendo sua (in)existência. O texto será analisado minuciosamente, tendo como pontos de análise seu contexto de produção, sua composição métrica, a escolha de palavras por parte do autor, aspectos ortográficos, seu gênero e tipologia, entre outros. A intenção é refletir sobre a escrita de Gregório como representação maior e melhor detalhada do Brasil colonial, transmitindo ao leitor sua visão crítica e destrutiva sobre a sociedade que encontrava.

Palavras-chave:

Análise. Epílogos. Gregório de Matos.

ABSTRACT

This article intends to deeply analyze an epilogue the authorship of which is commonly attributed to Gregório de Matos, author from the 16th century known for his approach towards multiple themes when writing, also surrounded by some mystery and doubts regarding his (in)existence. Our main focuses will be not only, but also the social context the text was written, its approach of meter and style, which words were chosen by the author, orthography, the textual typology. We aim to reflect on how the writings of Gregório represent the biggest and most detailed representation of Colonial Brazil, passing his criticism and his destructive vision of the society at his time onto his readers.

Keywords:

Analysis. Epilogues. Gregório de Matos.

1. Breve biografia de Gregório de Matos

Gregório de Matos Guerra, considerado um dos maiores poetas do Barroco brasileiro, nasceu em Salvador (Bahia), em 1636. Ele faleceu na cidade de Recife, em data incerta, embora tradicionalmente seja aceito o ano de 1695. O autor nasceu em uma família com boa condição financeira, o que lhe permitiu estudar em Coimbra e tornar-se advogado. Wehling (1999), classifica Gregório como um dos maiores nomes da lite-

ratura brasileira do século XVII, junto do Pe. Antônio Vieira (1608-1697) e de Manuel Botelho de Oliveira (1636-1711).

A alcunha por Gregório recebida de “Boca do inferno” surgiu devido a seu estilo, fazendo uso de opinião e linguagem ácidas para satirizar o governo e a sociedade da Bahia à sua época. O autor transitava entre vários campos poéticos, tendo em sua produção não só poemas de cunho religioso, mas também obras líricas, eróticas e satíricas. Essa última faceta, predominante na obra geral do baiano, foi decisiva para eternizar Gregório e fazê-lo conhecido. Suas sátiras foram, justamente, a razão de o autor ter sido exilado para Angola em 1694, voltando ao Brasil somente no ano seguinte – agora proibido de entrar em solo baiano, ele se estabeleceu em Recife, onde passa seus últimos dias.

Por exemplo, o mesmo Gregório que critica de forma ácida o governo se põe ajoelhado na frente de Deus pedindo redenção por ter pecado no “Soneto a nosso Senhor” (ano desconhecido). Sua obra é considerada um documento histórico significativo por retratar de forma fiel o Brasil colonial, retratando as fraquezas humanas e a sociedade de sua época. Neste trabalho, nosso foco será uma produção específica da obra satírica de Gregório.

Merece destaque a existência de certo debate sobre a existência de Gregório, sendo inclusive cogitado que a figura dele foi criada para reunir num só nome as produções dos escritores da época. A discussão se aprofunda quando percebemos que não existem manuscritos deixados por ele em vida. Além disso, naquela época, a literatura era transmitida principalmente por via oral, e suas transcrições não necessariamente eram impassíveis de erro por parte dos copistas - dado que até então não havia padrão ou norma ortográfica estabelecida para o português escrito. O autor só foi redescoberto anos depois, já no século XIX. Justamente por tal questão, diremos ao longo de nosso trabalho que se trata de uma produção atribuída a Gregório, considerando que será impossível determinar se foi ele seu real autor e, se não, quem o teria sido.

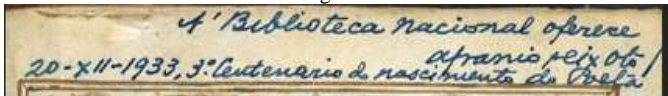
O texto em que baseamos a nossa análise foi retirado de uma compilação de sua obra, dirigida por Afrânio Peixoto, médico e deputado federal que editou a volumosa produção do baiano em vários tomos, publicados pela Academia Brasileira de Letras. Nossa análise terá como foco os aspectos lexicais (onde traçaremos comentários sobre as palavras que sofreram alterações de grafia, mencionando os possíveis metaplasmos que podemos encontrar em suas evoluções, bem como suas corres-

pondentes grafias em português moderno) e semânticos (onde analisaremos o sentido de versos e estrofes) presentes ao longo do texto.

2. Apresentação do texto

Abaixo, segue uma transcrição do texto por nós escolhido para análise. O manuscrito de onde o tiramos, com 847 páginas ao todo, encontra-se disponível digitalizado no acervo da Biblioteca Nacional brasileira. Nos registros da instituição, há poucas informações sobre o códice, havendo indicação de que a obra fora doada ao acervo da Instituição, por Afrânio Peixoto (que escreve sua dedicatória a punho próprio), no fim de 1933, com menção de tal ano marcar 300 anos do nascimento de Gregório de Matos, conforme a figura 1. Consta, também, a indicação de que a obra teria sido publicada originalmente em 1650, por uma casa desconhecida.

Figura 1.



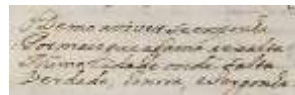
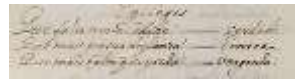
Fonte: Reprodução.

Temos, à esquerda, a indicação do número do verso (que será retomado posteriormente para melhor localização de vocábulos em análise); uma transcrição do manuscrito ao centro e, à direita, uma reprodução do manuscrito. O trecho abaixo encontra-se no trecho compreendido entre as páginas 58-61 do códice (61-64 no documento consultado como um todo¹⁵).

Epílogos

Que falta nesta Cidade? Verdade.
Que mais por sua deshonra? Honrra.
Que mais falta que lhe ponha? Vergonha.

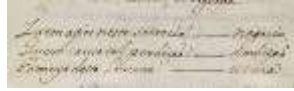
O Demo aviver se exponha,
Por mais que afama a exalta,
Numa cidade onde falta
Verdade, honrra, evergonha.



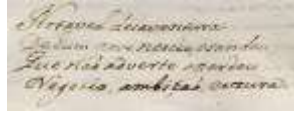
¹⁵ Caso a leitura do original esteja dificultada devido à resolução das reproduções de tela, é possível consultar a obra - um *link* para seu acesso está disponibilizado nas Referências deste trabalho.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

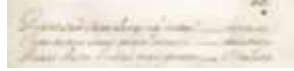
Quem após neste socrocio? Negócio.
Quem causa tal perdição? Ambição.
E omeyo desta loucura? Uzura.



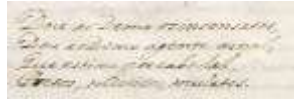
Notavel desaventura
Dehum povo nescio, esandeu,
Que não adverte operdeu
Negocio, ambição, uzura.



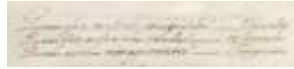
Quaes são seos doces objectos? Os pretos
Tem outros bens mais macissos? Mestissos
Quaes destes lhe são mais gratos? Mulatos.



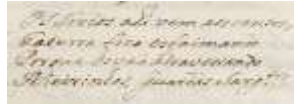
Dou ao Demo os insensatos,
Dou ao Demo agente asnal,
Que estima por cabedal,
Pretos, mestissos, mulatos.



Quem faz os sirios misquinhos? Meirinhos
Quem faz as farinhaz tardaz? Os guardas



Os sirios ahi vem aos centos,
Eattera fica esfaimando,
Porque os vão atravessando
Meirinhos, guardas, Sarg.^{tos}.



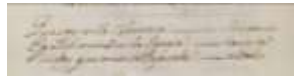
E que justiça a resguarda? Bastarda.
He gratis destruhida? Vendida.
Que tem que atodos assusta? Injusta.



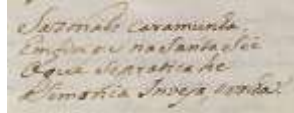
Valhame Deos oque custa
O que El-Rey nos dá degraça
Que está a justiça na praça
Bastarda, vendida, injusta.



Que vay pella clerezia? Simonia
E pellos membros da Igreja? Inveja
Cuidey que mais se lhe punha?... Aunha

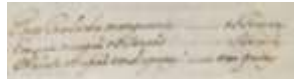


Sazonado caramunha,



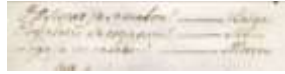
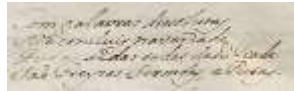
Enfim que na Santa Seé
O que se pratica he
Simonia, inveja eunha.

Enos frades ha manqueiras? As freyras
Emque occupão os serões? Sermões
Não se occupão em disputas? Em putas



Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

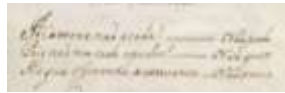
Com palavras dissolutas
Me conclui na verdade
Que as lidas todas dehũ frade
São freyras, sermões e putas.
O asúcar já se acabou? Baixou
Eo dinheiro se estinguio? Sobio
Logo já convalesceu? Morreo



À Bahia aconteceu
O que ahum doente acontece:
Cae na cama, eomal crece
Baixou, sobio, emorreu.



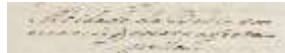
A camera não acode? Não pode
Pois não tem todo o poder? Não quer
He que o Governo a convence? Não vence



Quem haverá que tal pense
Que huã camera tão nobre,
Por verse mizera, epobre,
Não pode, não quer, não vence



A cidade da Bahia em
occação qestava agroza
nella.



3. Contexto de produção do texto

Em 22 de abril de 1500, as caravelas de Cabral chegaram ao litoral do que hoje é o Estado da Bahia. No século XVII, foram realizadas diversas expedições de grupos de colonos para o interior, à procura de riquezas. Essas expedições, as chamadas *bandeiras*, foram autorizadas pela coroa portuguesa, e ajudaram a conquistar e ampliar o território e a sua ocupação, antes restrita à costa. Tais expedições chegaram a locais como o Sertão nordestino e as extremidades do Rio Amazonas. Vários foram os roteiros tomados pelas missões, contexto em que cidades como Belém do Pará (1616), Jundiá (1655) e Guaratinguetá (1657) foram fundadas. Nas primeiras expedições para Minas não foram encontrados metais preciosos, mas elas foram de crucial importância, pois tornaram mais conhecido o território, o que permitiu a descoberta dos primeiros sinais de ouro, no final do século.

Convém mencionar que à época o território ainda encontrava-se dividido pelo já não mais respeitado Tratado de Tordesilhas, que só caiu em desuso anos depois com a assinatura do Tratado de Madri (1750), re-

digido por Alexandre de Gusmão, que pôs fim a diversos conflitos entre Portugal e Espanha e definiu os limites entre as colônias sul-americanas.

O Brasil Colônia tinha para sua população três bases: os portugueses, os nativos que habitavam a costa descoberta e os negros, dos quais uma enorme quantidade havia sido trazida aqui escravizada. Cada um desses grupos deixou suas contribuições linguísticas, que fizeram o idioma aqui falado se transformar e, com o tempo, se distanciar do português falado na Metrópole. Membros de outros grupos étnicos aprenderam o português com o passar do tempo, mas com algumas dificuldades.

Teyssier (2014) afirma que ‘as populações de origem indígena, africana ou mestiça aprendem o português, mas manejam-no de uma forma imperfeita’, da mesma forma que os colonos falavam o português europeu com traços que se atenuaram ao longo do tempo. Naquele momento, existiam no Brasil a língua portuguesa dos colonizadores e o tupi, a principal língua indígena das regiões de costa. Com o advento das missões jesuíticas, essa língua foi gramaticalizada, se tornando uma língua comum a várias nações indígenas (a *língua geral*), que por si só também sofreu dialetação posterior¹⁶, sempre devido ao advento das bandeiras.

Wehling afirma que a população ao final do século XVI já chegava a 100 mil (inclui-se nessa conta os indígenas aculturados) pessoas, em comunidades dispersas por todo o litoral. Essa população se dedicava ao cultivo do pau-brasil, à agricultura de subsistência (com itens como milho e mandioca) e à agricultura de exportação (que envolvia açúcar e pecuária). Havia também o cultivo de cana de açúcar, fato que aumentou a necessidade de mão de obra escrava. Estima-se que mais de 500 mil africanos tenham desembarcado no Brasil nesse momento, razão de o número estimado de habitantes do território chegar aos 350 mil, em 1700.

Podemos notar, ao longo da colonização portuguesa, a ocorrência do fenômeno do substrato linguístico, conforme definido por Câmara Junior (1981 *apud* Garcia, 2002) como o processo envolvido no abandono de uma língua por parte de um povo em benefício de outra que sobre a primeira exerce poder, geralmente como consequência de uma conquista política. Aplicando à realidade que vivemos, as línguas usadas por grupos indígenas brasileiras acabaram caindo em desuso por parte de seus falantes, que assumiram a língua do conquistador, deixando nela marcas

¹⁶ O nheengatu, com comunidades de falantes em alguns municípios amazonenses e em Monsenhor Tabosa (CE), nada mais é que a fase atual da língua geral amazônica, desdobramento da língua geral. Outro dialeto teria dado origem ao guarani paraguaio.

de suas primeiras línguas. Essas marcas, por exemplo, aparecem na forma de corruptelas (ex.: mulher > *muié*, molhar > *moiá*, espelho > *espeio*), termos relacionados à fauna e flora (ex.: caju, jurubeba, capivara, etc.), e na apócope do fonema /s/ em posições finais (característica das línguas de matrizes indígenas e africanas).

Os negros escravizados trouxeram de duas importantes línguas africanas (o ioruba e o quimbundo) contribuições relacionadas às suas culturas, religiões e tradições, bem como termos específicos da linguagem infantil (ex.: *iemanjá*, *exu*, *muamba*, *cafundó*, *bumbum*, etc.), palavras conhecidas e usadas pelos falantes de português brasileiro na contemporaneidade. Gregório de Matos, ao que parece, tinha consciência dessa combinação de falares, uma vez que Spina (2006) revela que o autor, em três sonetos dirigidos aos Caramurus da Bahia, zomba de uma ‘linguagem eivada de termos nativos’, comprovando como o cenário de contato entre povos de diversas origens socioculturais e linguísticas impactou e influenciou, também, a língua que aqui passou a ser a mais usada.

4. Epílogos como gênero textual

No manuscrito consultado, encontra-se a indicação de que o texto é um epílogo, gênero esquematizado por Travaglia (2009) como parte do texto narrativo, lhe servindo de ‘fecho, coda ou moral’. Ao situar o texto no códice de onde o reproduzimos, isso se justifica, pois ele encerra uma parte do manuscrito que introduz sonetos (43 ao todo), tercetos e sátiras críticas. Vindo após um texto que se enquadra nesse último gênero, podemos inferir que o epílogo aqui em análise conclui a parte onde Gregório de Matos escreve suas sátiras mais ácidas. Logo em seguida, já começam sátiras habituais do autor, entre as quais destacamos *A donzela embiocada*, *Os letrados peralvilhos* e *O clérigo julgador*, cujos títulos nos fazem perceber que Gregório direcionava suas críticas também a pessoas normais de seu tempo, não somente a instituições.

5. Características estilísticas do texto

O texto é considerado um dos melhores daqueles atribuídos ao autor baiano, sendo amplamente utilizado na contemporaneidade como base em questões para analisar características da estética literária seiscentista. A disposição de seus versos é extremamente elaborada: há 9 quartetos

e 9 tercetos, além de um último terceto final. Os quartetos apresentam rimas interpoladas entre o segundo e o terceiro e entre o primeiro e o quarto versos (por exemplo, podemos destacar: *exponha/vergonha, asnal/cabedal, centos/sargentos*¹⁷). Nota-se também que os últimos versos dos quartetos são compostos das últimas palavras de cada verso dos tercetos que os antecedem. Somente o último terceto foge a esta regra, não tendo nenhum padrão de rima.

6. *Análise semântica do texto*

Apesar de, no manuscrito, o texto ter somente o título “Epílogo”, é possível encontrá-lo na *internet* com o título ‘Juízo anatômico dos achaques que padecia o corpo da República em todos os membros, e inteira definição do que em todos os tempos é a Bahia’. Apesar de não ser considerado oficial, através dele já podemos ter uma ideia sobre o tema do texto, uma vez que *achaque* tem como um de seus significados “defeito moral”. Isso revela que o epílogo é uma crítica aos defeitos morais dos quais os membros da sociedade baiana colonial, para o autor, padeciam. Com ‘inteira definição do que em todos os tempos é a Bahia’, o autor nos mostra que seu relato pretende indicar uma descrição fiel de como a Bahia se encontrava na época, algo que se revela ao longo do texto, com menções diversas a instituições, como as forças militares (l. 22-28), a igreja e o clero (l. 43-49).

Nas primeiras duas estrofes, notamos as primeiras críticas de Gregório. Ele caracteriza a Cidade como algo sem verdade nem honra, onde não há vergonha, por mais que esta seja necessária. Ele ironiza o fato de a Cidade ser famosa, uma vez que nela faltam qualidades que justifiquem tal fama (l. 7). Ele até mesmo evoca a presença do ‘Demo’, uma referência eufemística ao diabo. O Brasil da época era regido pela Igreja Católica, então, para evitar uma evocação direta a tal entidade e possíveis problemas, entende-se o emprego de tal termo.

Na terceira e na quarta estrofes, Gregório explica as causas dessa situação deplorável. Há o emprego da palavra *socrócio*, cuja origem e significado são alvo de incerteza. Há quem diga que ela signifique ‘roubalheira’, enquanto outros indicam que seria um neologismo muito bem pensado tendo como base a palavra ‘secreção’ e sua origem latina (*secretio*

¹⁷ Não só aqui, mas também nesses três pares de palavras, constata-se o emprego de rimas ricas, destacando ainda mais a elaborada construção estilística do texto.

> separação), o que pode indicar uma crítica escatológica, comparando a Cidade com fezes humanas, dejetos sujos e provavelmente mal-cheirosos. Ao acusar os negócios (o que provavelmente indica alguma transação ou trato com dinheiro) de causar a situação, podemos entender que negócios escusos deram um aspecto fétido, sujo à Cidade. A causa dessa perdição seria a ambição, forte desejo de possuir riquezas, honras e glória. O ‘meio’, isto é, a forma na qual essa loucura (a situação da cidade) se manifesta é a usura, indicando o apego excessivo ao dinheiro e aos bens materiais.

Lendo a estrofe como um todo, depreende-se que o apego excessivo ao dinheiro e bens, junto do desejo do homem de ser rico, glorioso e honrado, corrompe a cidade e faz com que ela tenha uma aparência e um odor horrível, indicando que há algo de errado acontecendo ali. Gregório nota o importante infortúnio do povo, em suas palavras *néscio* (ignorante, estúpido) e *sandeu* (pateta, que age como tolo), que não tem noção nem percebe que caiu em desgraça e desonra devido a ações inadequadas, à ambição e à usura.

Na quinta e na sexta estrofes, o baiano fala sobre os três setores que formam a sociedade, por nós já abordados antes. Ele afirma que os pretos (escravos africanos) são objetos (note a objetificação das pessoas negras, que eram consideradas seres à parte, sem personalidade ou individualidade), que seriam moles (maleáveis e sujeitos a todo e qualquer tipo de abuso ou preguiçosos, não demonstrando interesse ou força e demora em fazer as tarefas às quais foram designados). Na linha seguinte há uma possível crítica à forma corporal dos escravos negros, pois Gregório afirma que os mestiços (pessoa cujos genitores são de raças diferentes – o que revela abusos sexuais cometidos pelos portugueses contra os indígenas e escravos) são maciços, ou seja, são mais encorpados, tendo assim corpos mais fortes. Na linha seguinte, há uma crítica ainda maior aos dois. O autor afirma que os mulatos (pessoas de cor parda, filho de parentes brancos e negros, novamente indicando possíveis abusos sexuais) são mais gratos (bons), que agradáveis. No verso seguinte Gregório mostra sua ira e manda ao Demo (mais que à figura do diabo, ao inferno, à danação) os insensatos e o povo asnal (estúpido, rude), que têm apreço por posses materiais ou bens financeiros – que podem inclusive serem uma pessoa, conforme a linha ‘Pretos, mestissos, mulatos’ revela.

Nas duas estrofes seguintes, Gregório menciona um item de consumo típico da época. Com *sírios mesquinhos*, ele fala sobre a baixa qualidade de um recipiente em que farinha de mandioca costumava ser

transportada. O objeto, que lembra um saco, é feito de meirinho, uma espécie de tecido. Com ‘farinhas tardas’, ele se refere ao conteúdo dos sacos, que demoram a chegar a um determinado lugar, isto é, ele quer perguntar quem faz com que a farinha demore a chegar – a culpa disso recai sobre os guardas, que provavelmente deveriam cuidar do transporte do material. Os sacos, por outro lado, estão conservados nos aposentos dos sargentos, de posição superior àquela dos guardas, na hierarquia militar. Na linha seguinte, ele menciona que embora os sacos de farinha venham às centenas, a terra morre de fome, devido aos meirinhos, guardas e sargentos impedirem o acesso da população aos sacos, pondo-se diante deles.

Em seguida, Gregório critica o sistema de justiça de sua época, chamando-a de bastarda, ou seja, impura, de más qualidades, não defendendo os interesses do povo da Bahia. Segundo o autor, por ser distribuída de forma gratuita, a justiça é vendida, também dizendo que há algo nela que assusta a todos, não especificando o quê. Ele termina a nona estrofe com um interessante jogo antonímico: a justiça, na verdade, é injusta. Na décima estrofe, ele critica essa venda, dizendo que a justiça é algo originalmente gratuito, de origem divina. A estrofe acaba com o autor dizendo que, então, a justiça está, por toda parte, encontrando-se impura, suja, vendida e injusta. Com a interjeição *Valhame Deos*, ele expressa seu sentimento de frustração com essa situação, perguntando qual pode ser o valor de algo concedido gratuitamente pelo Rei.

O autor então muda o foco de sua crítica para a igreja. Ele acusa a clerezia, corpo dos clérigos da sociedade, de praticar simonia: venda de objetos espirituais, tal como bênçãos, perdões, objetos ungidos, entre outros. Aos demais membros da Igreja, ele acusa de serem invejosos – desejando algo que pertença a outrem. Isso se confirma no próximo verso, onde ele admite sua preocupação com o fato, dizendo que o que mais ocorria era *aunha*. A palavra aqui é utilizada de uma forma extremamente figurativa, indicando a prática da avareza, apego excessivo ao dinheiro¹⁸. Resumindo, Gregório diz que a Igreja vende artefatos com valor espiritual, deseja as posses alheias e adora o dinheiro sobre as outras coisas. Em seguida, ele afirma que sua lamentação já é madura, de onde se entende que não se trata de algo novo, de origem recente. No verso seguinte, Gregório ultrapassa a fala sobre a Igreja local e critica a própria

¹⁸ Convém lembrar que a avareza, segundo a doutrina cristã, é um dos pecados capitais. Logo, quem a praticava era tão pecador quanto outros indivíduos que pela Igreja eram perseguidos.

Santa Sé, o órgão jurídico do Vaticano, afirmando que nele se praticam os atos já mencionados de simonia, inveja e unha. Logo, a corrupção, também, envolveria o alto clero.

Em seguida, o autor volta a discutir sobre os órgãos da Igreja e os membros que a constituem. Ele acusa as freiras de serem os defeitos dos frades, possivelmente indicando alguma relação afetiva indevida. Segundo o baiano, os serões, trabalhos realizados no período noturno, são transmitidos em sermões, novamente aludindo à igreja. Por último, ele diz que ao invés de se ocuparem com disputas, eles se ocupam com a prostituição, se envolvendo com mulheres que nela se ocupam. Ele conclui, com palavras grosseiras, que os trabalhos dos frades se resumem a freiras, sermões e putas. O que significa que eles convivem (possivelmente de forma amorosa e sexual) com freiras, proferem sermões e se relacionam com prostitutas.

Ao voltar para o Brasil depois de seu exílio, o autor encontra uma sociedade em crise, que passa fome (o que pode ser notado nos versos 22-24 e no verso 25, que diz que ‘a terra fica esfaimando’) por causa do declínio do açúcar brasileiro, que perdera seu mercado e preço para aquele fabricado pelos holandeses nas Antilhas. Ele critica a alta taxação que o produto recebeu, indicando que, quando ele se tornou indisponível, seus preços, antes altos (o que fazia o dinheiro do povo esvair-se), caíram. Por fim, o autor indica que essa situação não melhorou, ficando o acesso ao produto mais difícil com o tempo.

Em ‘Bahia’ (l. 53), ocorre uma interessante referência metonímica à cidade de Salvador, capital do Brasil Colônia, fundada por Tomé de Souza em 1549. Lá, se localizava a sede do governo português, mudada para o Rio de Janeiro em 1621. Gregório afirma que a sociedade caiu de cama (adoeceu, entrou em decadência) com um mal que ao invés de melhorar acabou piorando, baixando, subindo e morrendo – indicando mudanças de estados de ânimo e saúde.

Nas duas penúltimas estrofes, o autor direciona suas críticas para a Câmara Municipal, que no Brasil Colônia representava o poder local, sendo a forma encontrada pela Coroa de controlar e organizar as cidades e vilas aqui estabelecidas. Nelas estava presente a figura dos homens bons, pessoas ricas e influentes da vila, que poderiam votar e receber votos para exercerem os cargos de vereador. Dentre todos os cidadãos, somente estes homens da elite poderiam participar da Câmara, enquanto escravos e mulheres, além de outros grupos sociais, não terem esse po-

der. Gregório afirma que a Câmara não pode ajudar a Cidade por não ter todo o poder, indicando que talvez houvesse a necessidade de ajuda superior por parte da Coroa. Logo em seguida, ele afirma também que o órgão não quer ajudar porque o governo a persuade a não prestar auxílio, sendo derrotada e não exercendo sua suposta superioridade. Ele termina seu epílogo promovendo uma pergunta retórica: não há quem pense que a Câmara, ao se notar mísera e pobre, não tem poder nem querer, tampouco é capaz de exercer sua superioridade.

Segue um último terceto, isolado dos demais, a partir do qual podemos depreender que a Cidade da Bahia, por fim, estava em uma situação ácida, amarga. A partir disso entendemos que a situação da localidade era triste, lastimável, amarga, causando indignação no autor. Resumindo-se, então, tudo que o autor havia indicado previamente. A situação era de fome, miséria e corrupção, afligindo a todos, ainda que indiretamente.

7. Análise ortográfica

Na tabela abaixo elencamos as palavras em que encontramos grafias que são diferentes das atuais, analisando os possíveis metaplasmos envolvidos em suas evoluções, traçando um caminho até a grafia contemporânea. Usaremos os modelos e definições propostos por Coutinho (1970) e Martins (2014) para apresentá-los e explicar seus usos. Há também a presença da correspondência da palavra em questão para o português brasileiro contemporâneo.

Termo(s)	Verso(s)	Observações
<i>deshonra</i> / <i>hum</i> / <i>He</i> / <i>a</i> <i>hum</i>	2, 11, 30, 41, 54, 59	→ <i>desonra/um/é/a um</i> . Retirada do ‘H’, que não tem som em língua portuguesa.
<i>Honrra</i>	2, 7	→ <i>honra</i> . Neutralização do R geminado, sem alteração fonológica.
<i>meyo</i>	9	→ <i>meio</i> . Alteração somente gráfica do Y>I, que resulta num ditongo expressando o som /ey/.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

<i>uzura / apozentos</i>	9, 24	→ usura. Alteração somente gráfica de Z > S, já que ambos os grafemas, na palavra mencionada, têm som /z/.
<i>Quaes</i>	15, 17	→ Quais. Mutação vocálica de ae > ai (/ay/).
<i>seos /aconteceo / sobio /morreo</i>	15, 53, 56	→ seus. Mutação vocálica O>U.
<i>macisso / mestisso</i>	16, 21	→ maciço/mestiço. Dissimilaç�o consonantal do som /S/. No século XVII ainda não existia o c-cedilhado.
<i>misquinhos</i>	22	→ mesquinhos. Mudanç�a gráfica I > E, pois ambos grafemas podem ter o som /e/.
<i>farinhaz / tardaz /mizera</i>	23, 24, 63	→ farinhas/tardas/msера. Alteração somente gráfica Z > S, já que ambos os grafemas, nas palavras mencionadas, têm som /s/.
<i>ahi</i>	25	→ a. Retirada do ‘H’, que não tem som em língua portuguesa. Aqui, o grafema indicava o hiato presente na palavra.
<i>vay / cuidey / freyras</i>	36, 38, 43, 49	→ vai/cuidei/freiras. Alteração somente gráfica Y>I, que resultam em ditongos expressando os sons /ay/ e /ey/. Nesses dois casos, a mudanç�a é puramente da letra, não sonora.
<i>pellos</i>	37	→ pelos. Neutralização das letras geminadas.
<i>Sazonado</i>	39	A palavra está correta (a grafia se manteve e a palavra existe), mas aqui podemos traçar um comentário sobre a ausência, no manuscrito, de concordância entre o gnero do adjetivo (que aqui está no masculino) e o do substantivo por ele modificado (‘caramunha’  uma palavra no feminino). Em adaptações contemporâneas, esse ponto é corrigido e o adjetivo  flexionado, tornando-se feminino.
<i>Se</i>	40	→ S. A palavra latina <i>sede</i> , aqui, já estava em vias de transformação: <i>sede</i> , por apócope do fonema /d/ originou <i>se</i> , que mais tarde, por crase, originou ‘s’.

<i>concluiy</i>	47	→ <i>conclui</i> . Queda do ‘Y’ por dissimilação vocálica, visto que expressa o mesmo som /i/ expresso pela letra anterior.
<i>dehũ</i> <i>Dehum</i>	/ 12, 48	→ <i>de um</i> . Retirada do ‘H’, que não tem som em língua portuguesa. Em <i>dehũ</i> a nasalidade se manifesta através do til posto sobre o ‘U’, visto que não há consoante nasal. Já em <i>Dehum</i> , o uso de ‘M’ expressa a mesma ideia. Sendo assim, duas grafias distintas para uma mesma palavra.
<i>crece</i>	55	→ <i>crece</i> . Aqui, a evolução do português levou à adição de um grafema ‘S’.
<i>huã</i>	61	→ <i>uma</i> . Retirada do ‘H’, que não tem som em língua portuguesa e acréscimo do grafema ‘M’, indicando a nasalidade.
<i>verse</i>	62	→ <i>ver-se</i> . Hifenização relativa à colocação pronominal.
<i>occazião</i>	66	→ <i>ocasião</i> . Simplificação dos dois ‘C’, que remontam à origem latina da palavra (= <i>occasio</i>) em um só, com som /k/. Também há aqui uma alteração gráfica Z>S, já que ambos os grafemas, na palavra mencionada, têm som /z/.
<i>qestava</i>	66	→ <i>que estava</i> . O ‘Q’ evoluiu e se desenvolveu, tornando-se ‘que’ e tendo o mesmo valor do ‘C’ velar. Possivelmente, o grafema foi adicionado junto de ‘estava’ por terminar em um som vocálico idêntico ao da palavra que segue.
<i>agroza</i>	66	→ <i>agra</i> . Alteração somente gráfica Z>S, já que ambos os grafemas, na palavra mencionada, têm som /z/. Daí, houve uma mutação vocálica O>A, o que hoje em dia dá origem ao adjetivo ‘agra’ (flexão feminina singular de ‘agro’, do latim <i>acrus</i>).
<i>nella</i>	67	→ <i>nela</i> . As letras geminadas, nesse caso, não têm razão para existir, embora sejam indicação da influência latina (a evolução provavelmente se deu como: <i>illa</i> > <i>ella</i> > <i>ela</i>).

Podemos notar no texto uma abordagem fonética da ortografia, cuja norma não existia no século XVII, quando ele supostamente fora es-

crita. A tradição nesse momento histórico era escrever o som que se acreditava ouvir, o que justifica o amplo número de trocas do que hoje é representado pela letra S por Z. Isto acabava sendo impraticável visto que havia (e ainda há, atualmente) diversas maneiras de representar o mesmo som, como podemos destacar em *sobio*, *freyras* e *quaes*. Coutinho menciona que, justamente por não haver consenso ortográfico, as palavras podiam ser grafadas de diversas formas num mesmo texto, o que se demonstra em *dehũ* e *dehum*. Também notamos o extensivo uso da letra Y, uma representação de I, que tem o mesmo som.

É importante mencionar que, no manuscrito, as palavras *atodos*, *aunha*, *aviver*, *evergonha*, *omeyo*, *esandeu*, *operdeu*, *Eaterra*, *Enos*, *Emque*, *Eo*, *ahum*, *eomal*, *emorreu*, *epobre* são grafadas como uma só, não havendo espaços entre as preposições (a), conjunções aditivas/conclusivas (e) e artigos (o) e as palavras que os seguem, sem explicação clara. Também notam-se maneiras de indicar a acentuação que ocorre em algumas palavras, como o til (ex.: *ambição*, *perdição*) e o acento agudo indicador de tonicidade silábica (*dá* e *Seé*).

8. *Considerações finais*

A análise do texto revela construção e organização poética extremamente delicadas, com amplo uso de recursos estilísticos, dos mais diversos tipos. As rimas apresentadas contribuem para o valor literário do texto. A escolha de palavras por parte do autor reflete a sociedade de sua época, com referências diretas e explícitas aos setores e membros do povo. Destaca-se, também, o emprego de interjeições, demonstrando o sentimento misto de irritação e raiva do autor, decepcionado com o que vê.

A característica da literatura barroca brasileira de possuir dicotomias se prova no texto, aqui exemplificada no binômio sagrado x profano. A evidência disso é apresentada no fato de o clero e frades, que seriam representantes do poder divino na Terra, serem corruptos e atuarem em prol de si mesmos. Através de sua retórica, o autor consegue convencer seu leitor de que vivia numa sociedade onde os cidadãos usavam de suas posições sociais para obter benefícios uns sobre os outros, esquecendo das massas sociais populares, as quais teoricamente deveriam ter mais atenção.

A possibilidade de Gregório de Matos nunca ter de fato existido não era o foco de nossa pesquisa, o que não significa que a questão não

seja importante. Assim, faz-se necessário comentar que a data apresentada no manuscrito doado por Afrânio Peixoto (1933), não fica distante do ano comumente aceito como aquele em que Gregório teria nascido, o que não impossibilita que ele, de fato, tenha escrito esse texto e tantos outros. A discussão pode ser aprofundada em outro momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro. Livraria Acadêmica, 1970.

GARCIA, Afrânio da Silva. O português do Brasil: questões de substrato, superstrato e adstrato. *SOLETRAS – EURJ*, Ano II, nº 04, p. 70-80, São Gonçalo, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/soletras/article/view/4447/3250>. Acesso em 02 nov. 2017.

MARTINS, Ozanir Roberti. *Apostila de História da Língua: do Latim ao Português*. Rio de Janeiro, 2014.

PEIXOTO, Afrânio (Org.). *Obras varias author ofamoso satirico odou-
tor gregorio de matos natural da cidade da Bahia*. 1650. p. 61-64. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1374915/mss1374915.pdf. Acesso em 29 out. 2017. Autor desconhecido.

SPINA, Segismundo (Org.). *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Trad. de Celso Cunha. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A caracterização de categorias de texto: tipos, gêneros e espécies. *ALFA*, vol. 51 nº 1: 39-79. São Paulo, 2007a. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/1426/1127>. Acesso em 09 nov. 2017.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil Colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.